



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

189

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	07/02/94
C	<i>[Assinatura]</i>
Rubrica	

Processo nº 13862.000074/91-40

Sessão de 17 de junho de 1993
Recurso nº 90.959
Recorrentes COMERCIO E INDUSTRIA SIMACO LTDA.
Recorrida DRF EM SANTOS - SP

INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI - Não compete a órgão judicante do Poder Executivo declarar constitucionalidade de lei. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **COMERCIO E INDUSTRIA SIMACO LTDA.**

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por **unanimidade de votos**, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1993.

ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS - Presidente e Relator

DALTON MIRANDA - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 24 SET 1993 ao PFN, Dr. RODRIGO

DARDEAU VIEIRA, ex-vi da Portaria PGFN nº 401.

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros RICARDO LEITE RODRIGUES, MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA, SERGIO AFANASIEFF, MAURO WASILEWSKI, TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS e SEBASTIÃO BORGES TAGUARY.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº 13862.000074/91-40

Recurso nº: 90.959

Acórdão nº: 203-00.543

Recorrente: COMERCIO E INDUSTRIA SIMACO LTDA.

R E L A T O R I O

Segundo a "Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal", anexo ao auto de infração, o lançamento deveu-se a ter a ora recorrente recolhido a menor o FINSOCIAL nos meses de janeiro, fevereiro, abril a setembro e dezembro de 1989 e de janeiro, abril a setembro, novembro e dezembro de 1990. Foi intimado a recolher o valor da contribuição, corrigido, e acrescido de juros moratórios e multa proporcional.

Impugnou a ora recorrente o lançamento, alegando que o TRF da 3a Região julgou o FINSOCIAL inconstitucional, que o faturamento já tributado pelo PIS, tributo recebido expressamente pela Constituição, sendo também inconstitucional a bitributação pelo FINSOCIAL. Pede o arquivamento do auto de infração.

Na Informação Fiscal o autuante pede a manutenção do feito, vez que a ora recorrente, em sua impugnação, apenas tratou de qualidade da legislação de regência da contribuição.

A decisão recorrida manteve o lançamento, entendendo que é incompetente para apreciar inconstitucionalidade da lei e que foi apurada falta ou insuficiência de recolhimento ao FINSOCIAL.

O recurso voluntário diz que na impugnação já foram alinhadas as razões que comprovam ser inconstitucional a cobrança do FINSOCIAL, que, se fosse constitucional, a contribuição só poderia ser exigida após o advento da Lei Complementar nº 70, de 30/12/91, que também esta Lei Complementar é inconstitucional pois cria imposto sem observância aos princípios constitucionais da não-cumulatividade e da não-bitributação, pelo que se considera totalmente desobrigado de satisfazer o débito constante dos presentes autos. Pede o arquivamento do processo.

É o relatório.

Pr



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 13862.000074/91-40

Acórdão nº: 203-00.543

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS

Nada traz a recorrente quanto aos fatos em que se fundamenta o auto de infração. Sua defesa está centrada em argumentação de que a exigência está baseada em legislação privada de constitucionalidade.

Ora, matéria constitucional, conforme decisões pacíficas em todos os Conselhos de Contribuintes e na Câmara Superior de Recursos Fiscais, não pode ser administrativamente apreciada, vez que a competência para tanto é do Poder Judiciário.

Nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1993.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rosalvo Vital Gonzaga Santos'. The signature is fluid and cursive, with 'Rosalvo' and 'Vital' being more distinct than 'Gonzaga' and 'Santos'.
ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS